

## Senado aprova emenda que tira limite de juros da Constituição

Proposta, que ainda passará por um segundo turno de votação, permite que a regulamentação do sistema financeiro nacional possa ser feita por meio de mais de uma lei complementar



No plenário, a mudança constitucional teve a aprovação de 67 senadores e vai, agora, a um segundo turno de votação

O plenário do Senado aprovou ontem proposta de emenda que retira da Constituição o limite de 12% para as taxas de juros anuais. Permite, também, a regulamentação do sistema financeiro nacional com a edição de mais de uma lei complementar. Com 67 votos favoráveis, dois contrários e uma abstenção, a mudança deverá ser submetida a um segundo turno de votações antes de ser enviada à Câmara dos Deputados. O texto aprovado é um substitutivo do senador Jefferson Péres à proposta do senador licenciado José Serra, ministro da Saúde.

PÁGINA 3



Os senadores ouvem na CPI do Judiciário o depoimento do delegado Moura (D). Na mesa, Carlos Wilson, Paulo Souto e Ramez Tebet

### CPI DO SISTEMA FINANCEIRO

## Dirigentes de bancos que receberam ajuda do BC depõem hoje

A CPI do Sistema Financeiro ouve hoje os dirigentes dos bancos Marka e FonteCindam, que foram autorizados pelo Banco Central a comprar dólares a preços favorecidos, na mudança cambial, em janeiro. Salvatore Cacciola, ex-dono do Marka, depõe a partir das 10h. Luiz Antônio Gonçalves, atual presidente do FonteCindam, deve comparecer à comissão às 15 h.

PÁGINA 4

### CPI DO JUDICIÁRIO

## Denunciado rateio de dinheiro no TRT-PB

O superintendente da Polícia Federal na Paraíba, Antônio Flávio Toscano Moura, denunciou ontem na CPI do Judiciário que um total de R\$ 500 mil foi rateado entre dois juízes e dois filhos de juízes do Tribu-

nal Regional do Trabalho da Paraíba (TRT-PB). O dinheiro, conforme a denúncia do delegado, teve como origem o superfaturamento de um terreno vendido ao tribunal por R\$ 710 mil.

PÁGINA 5

**Mutuário em atraso pode se valer do FGTS**

PÁGINA 6

**Comissão para MP do mínimo reúne-se hoje**

PÁGINA 2

**Plenário saúda presença de prefeitos**

PÁGINA 8

**Audiência pública debate venda de Furnas**

PÁGINA 2

**Coligação só em eleições majoritárias**

PÁGINA 6

## CAS vota nomes para novo órgão de vigilância

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje, às 9h, para examinar duas mensagens do presidente da República. Elas submetem à apreciação do Senado os nomes de Ricardo Oliva e de Luiz Felipe Moreira Lima para os cargos de diretores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com mandato de três anos. O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) é o relator das duas mensagens.

## Comissão avalia MP que reajustou salário mínimo

Às 10h de hoje, na sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa, será realizada a reunião de instalação da comissão mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 1.824/99, que dispõe sobre o reajuste do salário mínimo. Havendo número regimental, a comissão colocará a matéria em discussão, seguindo-se depois a votação do seu mérito.

Ontem, reuniu-se a comissão mista destinada a examinar a MP 1.825/99, que trata da doação de bens públicos. Presidida pelo deputado Roberto Pessoa, a comissão aprovou um projeto de lei de conversão, com 18 emendas. O relator foi o senador Wellington Roberto (PMDB-PB).

## ACM tenta levar fábrica da Ford para a Bahia

O senador Antonio Carlos Magalhães recebeu ontem em seu gabinete o presidente da Ford, Ivan Fonseca da Silva, com quem conversou sobre a escolha da localização da nova fábrica da empresa no Brasil. "A Bahia tem muitas possibilidades, mas temos que esperar a decisão final", disse o senador.

Antonio Carlos acredita que a Bahia será escolhida, pelas condições geográficas e financeiras que oferece, e esclareceu que o governo do estado já apresentou contraproposta à Ford, aguardando agora o resultado. A empresa decidiu recentemente abandonar o plano de instalar a fábrica no Rio Grande do Sul.

— As coisas estão caminhando bem — resumiu o presidente do Senado.

# Técnicos debatem cisão e privatização de Furnas

Modelo defendido pelo governo é contestado em audiência pública por especialistas e autoridades do setor de energia elétrica

O modelo proposto pelo governo para a privatização de Furnas Centrais Elétricas foi debatido ontem, em reunião conjunta das comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Fiscalização e Controle (CFC). O debate ocorreu após serem ouvidos os presidentes da Eletrobrás, Firmino Ferreira Sampaio, e de Furnas, Celso Ferreira;



Bráulio, Ferreira, Firmino, Emilia, Jucá e Marco Antonio Abreu durante a audiência pública promovida pela CI e pela CFC

além dos secretários estaduais de Energia de Goiás, Bráulio Afonso; de Minas Gerais, Paulino Cicero; e do Rio de Janeiro, Marco Antônio Abreu; e ainda o ex-presidente de Furnas, Luiz Laércio; e, representando o Sindicato dos Urbanitários do Rio de Janeiro, o professor Luiz Pingueli.

A presidente da CI, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) lembrou que a audiência pública para tratar da privatização de Furnas atende a reivindicação da sociedade, dos governos de vários estados, de técnicos do setor e entidades sindicais. Ela destacou iniciativas adotadas a partir dessa preocupação, como a carta enviada pelo governador do Rio de Janeiro ao presidente da República e a manifestação do governador Itamar Franco, entre outras. O senador Romero Jucá (PSDB-RR), presidente da CFC, destacou a determinação das duas comissões em garantir a presença em todas as audiências

de representantes dos sindicatos de empregados do setor elétrico.

Os presidentes da Eletrobrás e de Furnas fizeram uma explanação sobre o arcabouço legal que levou ao modelo de privatização proposto e sobre o desempenho técnico e financeiro de Furnas. Segundo Celso Ferreira, a empresa, que, junto com Itaipu, é responsável por 59% da energia brasileira, é eficiente, lucrativa (R\$ 453 milhões em 98) e está com um quadro enxuto de funcionários, totalizando 4.292 empregados em abril último.

Marco Antônio Abreu discordou do modelo de privatização proposto, que divide Furnas em três novas empresas, sendo duas de geração de energia e uma de transmissão. Segundo ele, a privatização levará ao aumento das tarifas e a oferta deficiente de energia pela falta de investimentos por parte das empresas privadas.

Bráulio Afonso destacou a lucratividade crescente de Furnas, que nos últimos três anos superou R\$ 1 bilhão. O ex-ministro das Minas e Energia e atual secretário de Energia de Minas Gerais, Paulino Cicero, disse que o modelo proposto para Furnas coloca o acessório à frente do primordial. "Primordial é a água. O acessório é a energia elétrica", observou. "A privatização de Furnas trará problemas a Minas e a outras áreas que também dependem da água."

O ex-presidente de Furnas Luiz Laércio lamentou que o governo não esteja estudando uma maneira de privatizar Furnas sem desmembrá-la e lembrou que a questão fundamental é a expansão da oferta de energia.

Luiz Pingueli, apontou várias contradições nos relatórios da empresa de consultoria contratada pelo governo para estabelecer o modelo de privatização. Ao mesmo tempo em que ela propunha a cisão da empresa, aconselhava empresas norte-americanas a manter a verticalização do serviço. Pingueli lembrou ainda que as hidrelétricas em todo o mundo são estatais, porque trabalham com água, recurso considerado estratégico.

## Senadoras discutem organização de encontro

As seis senadoras reuniram-se no salão de chá próximo ao plenário para discutir a realização, no próximo ano, de um congresso com mulheres parlamentares e juristas de países de língua portuguesa. A intenção das senadoras é realizar o encontro em Brasília.

Autora da iniciativa, a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) disse que o evento será promovido com participação da Associação Brasileira de Mulheres da Carreira Jurídica (ABMCI).

— Pretendemos criar um catálogo com as mulheres que fizeram história no milênio e atrair, nos nossos estados,



O objetivo do evento é reunir mulheres parlamentares e juristas de países de língua portuguesa

a participação das mulheres para esse evento — disse. No Espírito Santo, Luzia Toledo é a presidente da ABMCI.

Além de Luzia Toledo, participaram do encontro de ontem as senadoras Marluce Pinto (PMDB-RR), Marina Sil-

va (PT-AC), Heloísa Helena (PT-AL), Maria do Carmo (PFL-SE) e Emilia Fernandes (PDT-RS).

## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 13 DE MAIO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

▶ 10h - Preside sessão não deliberativa do Senado

### PLENÁRIO

▶ 10h - Sessão não deliberativa do Senado

### COMISSÕES

▶ 9h - Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: \*Mensagens nº 108/99, que submete à apreciação do Senado a escolha de Ricardo Oliva para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com mandato de três anos; e \* nº 109/99, que submete à apreciação do Senado a escolha de Luiz Felipe Moreira Lima para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com mandato de três anos.  
Local: Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9

▶ 10h - CPI do Sistema Financeiro  
Pauta: Depoimento do presidente do Banco Marka, Salvatore Alberto Cacciola  
Local: Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3

▶ 10h - CPI do Judiciário  
Pauta: Depoimento do delegado da Polícia Federal no Amazonas, Nivaldo Farias  
Local: Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2

▶ 10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a \*MP nº 1.824, que dispõe sobre os reajustes do salário mínimo a vigorar a partir de 1º.5.99.  
Pauta: Instalação.  
Local: Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7

▶ 15h - CPI do Sistema Financeiro  
Pauta: Depoimento do presidente do Banco FonteCindam, Luiz Antônio Gonçalves  
Local: Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Acaba o teto constitucional de 12% ao ano para os juros

Proposta de emenda constitucional aprovada pelo plenário também abre caminho para a regulamentação do sistema financeiro por meio de várias leis complementares específicas



A organização do Dia da África foi o principal tema do encontro

## ACM recebe diplomatas africanos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), recebeu ontem uma comissão de embaixadores e representantes diplomáticos do grupo africano credenciado em Brasília. Em pauta, os preparativos para a comemoração do Dia da África, evento programado para o próximo dia 25, na cidade de Salvador.

O senador e os diplomatas aprovei-

taram para trocar impressões a respeito das relações do Brasil com o continente africano e as perspectivas de estreitamento dessas relações. Em nome dos embaixadores, falou o decano do grupo, Martin Mbarga Nguete, representante de Camarões. Também participaram do encontro os embaixadores do Marrocos, Costa do Marfim e Angola.

Com 67 votos favoráveis, dois contra e uma abstenção, o Senado aprovou ontem, em primeiro turno, substitutivo à proposta de emenda constitucional (PEC) que retira da Constituição o limite de 12% ao ano para as taxas reais de juros e abre caminho para a regulamentação dos diferentes segmentos do sistema financeiro nacional por meio de leis complementares específicas.

Conforme o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Jefferson Péres (PDT-AM), ao modificar o art. 192, o Senado admite que o sistema financeiro nacional é heterogêneo e complexo e que sua regulamentação por uma única lei, como prevê a Constituição, é impossível. Por outro lado, ao suprimir o limite para a taxa de juros, acrescentou, reconhece que "é impraticável" determinar taxas de juros pela Constituição.

A proposta modifica, ainda, o art. 163 da Constituição, estabelecendo que a lei



Ao aprovarem a emenda, os senadores admitiram que é impossível regulamentar o setor com uma só lei

complementar que regulamentará as finanças públicas deverá abarcar também a "fiscalização financeira da administração pública direta e indireta". A matéria deverá ser votada, em segundo turno, na sessão deliberativa do dia 20 de maio.

Jefferson lamentou "o quase silêncio da mídia" sobre o tema. No plenário, no entanto, o substitutivo do senador foi elogiado por parlamentares dos vários partidos.

O senador salientou que houve pelo menos três tentativas de regulamentação

do sistema financeiro e "nenhum projeto vingou porque é impossível colocar num só balaio coisas tão diferenciadas". Todas as tentativas, por terem sido parciais, foram tidas como inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Para o senador, não há como regulamentar, numa única lei, a organização, funcionamento e atribuições do Banco Central; a participação do capital estrangeiro no sistema financeiro nacional; o funcionamento de instituições financeiras públicas e privadas; o funcionamento de instituições de seguro, resseguro, previdência e capitalização; a criação de fundos e seguros de créditos, aplicações e depósitos; e o funcionamento das cooperativas de crédito.

Foi para romper esse impasse, acredita Jefferson Péres, que o senador licenciado José Serra apresentou a PEC.

Mas a proposta original limitava-se a revogar dispositivos da Constituição, modificados pelo substitutivo do relator, o que implicava "o inconveniente de permitir que o sistema financeiro fosse regulado por leis ordinárias e até mesmo por medidas provisórias".

## RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 1999

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1997. José Serra e outros. Revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sistema Financeiro Nacional).

Resultado: Aprovado. Votaram: SIM: 67 NÃO: 02 ABS: 01 TOTAL: 70. Favorável à Emenda nº 4-CCJ e pela prejudicialidade da Proposta e das Emendas nºs 1-CCJ, 2-Plen e 3-Plen. A matéria retorna à Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 20 do corrente, para o primeiro dia de discussão em segundo turno.

2

Mensagem nº 246, de 1998 (nº 1.346/98, na origem). Presidente da República. Submete à deliberação do Senado a escolha de Sérgio Seabra de Noronha para a função de embaixador no Gabão.

Resultado: Aprovado. Votaram: SIM: 63 NÃO: 02 ABS: 03 TOTAL: 68. Será feita a devida comunicação ao senhor Presidente da República.

3

Mensagem nº 58, de 1999 (nº 118/99, na origem). Presidente da República. Submete à deliberação do Senado a escolha de Carlos Alfredo Pinto da Silva para a função de embaixador na Nigéria, e cumulativamente, no Benin, no Níger e no Togo.

Resultado: Aprovado. Votaram: SIM: 62 NÃO: 03 ABS: 05 TOTAL: 70. Será feita a devida comunicação ao senhor Presidente da República.

4

Mensagem nº 102, de 1999 (nº 420/99, na origem). Presidente da República. Submete à deliberação do Senado a escolha de Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado para a função de embaixadora do Brasil na Índia e, cumulativamente, no Sri Lanka, Ilhas Maldivas e Nepal.

Resultado: Aprovado. Votaram: SIM: 62 NÃO: 04 ABS: 03 TOTAL: 69. Será feita a devida comunicação ao senhor Presidente da República.

5

Requerimento nº 184, de 1999. Antonio Carlos Valadares. Solicita, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 1999 - Complementar, de sua autoria, que dispõe sobre reajuste do saldo devedor dos contratos habitacionais do Sistema Financeiro de Habitação - SFH e dá outras providências.

Resultado: Aprovado. O PLS nº 231/99-Complementar, será definitivamente arquivado.

6

Requerimento nº 186, de 1999. Osmar Dias. Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 198 e 122, de 1999, por versarem sobre a utilização do FGTS para o pagamento de anuidades do ensino médio e cursos superior e universitário de graduação.

Resultado: Lido e aprovado o Requerimento nº 238/99. Os PLS nºs 122, 198 e 223/99, passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da CAS. Fica prejudicado o Requerimento nº 186/99.

7

Requerimento nº 190, de 1999. Sergio Machado. Solicita, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 83, de 1999, de sua autoria, que altera o art. 18 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, fixando em quatro anos o prazo mínimo de filiação partidária para o registro de candidatura às eleições de eleitor que mudar de partido.

Resultado: Aprovado. O PLS nº 83/99, será definitivamente arquivado.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

## Emenda permitirá adoção de mudanças que CPI irá propor

O substitutivo elaborado pelo senador Jefferson Péres à proposta de emenda constitucional de autoria do senador licenciado José Serra, atual ministro da Saúde, foi elogiado por todos os senadores que se manifestaram na discussão da matéria em plenário. Lúcio Alcântara (PSDB-CE) salientou que hoje emergem várias propostas relativas à atuação do Banco Central, mas poucos se dão conta de que elas, sem as mudanças contidas no substitutivo, não poderão avançar.

Nesse sentido, a PEC é importante, primeiro passo inclusive para que a CPI do Sistema Financeiro chegue a bom termo, destacou José Fogaça (PMDB-RS). Sem ela, disse, "o Senado ficará de mãos amarradas".

Para José Roberto Arruda (PSDB-DF), presidente em exercício da CPI do Sistema Financeiro, o principal objetivo e desafio da CPI é produzir os anteprojetos de lei que regulamentarão o sistema financeiro.

Arruda também elogiou a retirada da "idéia ingênua e primária" de tabelar os juros pela Constituição, lembrando que foi por este e outros dispositivos que o então presidente da República, o hoje senador José Sarney (PMDB-AP), afirmou que com a Constituição tornaria difícil governar o país.

José Eduardo Dutra (PT-SE) considerou o substitutivo de Jefferson Péres um

exemplo de como o Senado, particularmente a CCJ, é capaz de debater um assunto e, com a contribuição de todas as correntes partidárias, chegar a um consenso elogiável por todos.

Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou que, com o avanço do diagnóstico do sistema financeiro promovido pela CPI, aliado a um compromisso entre os senadores em prol do interesse público e da transparência das instituições, a aprovação da



Jefferson foi elogiado por senadores de todos os partidos

PEC permitirá finalmente, após mais de dez anos da Constituição de 1988, regulamentar o sistema financeiro.

Hugo Napoleão (PFL-PI) disse que Jefferson agradeceu a gregos e troianos suprimindo o tabelamento dos juros e abrindo caminho para a regulamentação do sistema financeiro. Luiz Otávio (PTB-PA) defendeu uma legislação que proteja os mais desfavorecidos contra "o sistema de agiotagem" em que teria se transformado o sistema financeiro nacional.

O substitutivo, para Jader Barbalho (PMDB-PA), é uma resposta a quem supôs que uma CPI sobre o sistema financeiro traria prejuízos ao país. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) também registrou que a PEC permitirá a aprovação de medidas justas e equânimes que corrijam as mazelas do sistema financeiro, entre as quais ele defendeu a Taxa Tobin, percentual aplicável sobre as transações financeiras internacionais.

## Plenário aprova nomes de três embaixadores

Três diplomatas escolhidos pelo presidente da República para representar o Brasil como embaixadores tiveram seus nomes aprovados pelo plenário do Senado. Sérgio Seabra de Noronha foi designado para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República Gabonesa. Carlos Alfredo Pinto da Silva acumulará o exercício da mesma função junto à República Federal da Nigéria e às repúblicas de Benin, Níger e Togo.

Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado, a terceira indicação, será a embaixadora do Brasil junto à República da Índia e, cumulativamente, à República Socialista Democrática do Sri Lanka, à República das Maldivas e ao Reino do Nepal.

## Suplicy registra início de processo contra Pitta

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou ontem que, por quatro votos a dois, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou a abertura de processo de *impeachment* contra o prefeito Celso Pitta. O processo durará 90 dias, disse.

Na opinião de Suplicy, a exposição feita pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) sobre as investigações realizadas pela CPI dos Precatórios foi determinante para o resultado da votação na Câmara de São Paulo.

# Salvatore Cacciola depõe hoje na CPI dos Bancos

Depoimento do ex-dono do Banco Marka está previsto para começar às 10 horas. A partir das 15h, comissão irá ouvir o presidente do Banco FonteCindam, Luiz Antônio Gonçalves

O ex-dono do Banco Marka, Salvatore Cacciola, será ouvido hoje, a partir das 10h, pela CPI que investiga irregularidades no sistema financeiro nacional. Segundo a revista *Veja*, Cacciola tinha um informante no Banco Central e só continuou apostando no real, na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), porque esse informante não o avisou a tempo que a política cambial seria alterada, como terminou ocorrendo no último mês de janeiro. A revista citou os nomes de três pessoas que teriam testemunhado a afirmação do banqueiro.

O Marka foi autorizado pelo BC a comprar dólares a preços favorecidos, em 14 de janeiro, para não ser liquidado, em razão da precária situação patrimonial provocada por suas elevadas apostas no mercado cambial. A venda foi determinada pela diretoria do Banco Central depois que Cacciola esteve na sede do Banco Central, em Brasília, ocasião em que enviou um bilhete a Francisco Lopes, então presidente do BC, afirmando que es-

queceria "o passado" se os problemas de seu banco fossem resolvidos.

O depoimento de Cacciola é considerado importante pelos senadores para esclarecer se ele tinha ou não um informante dentro do BC. Em entrevistas à imprensa nas últimas semanas, o ex-dono do Marka manifestou-se disposto "a falar pelo menos umas 20 horas" à CPI. "Alguém vai pagar por isso", chegou ele a dizer, referindo-se ao episódio que culminou com o fechamento de seu banco.

Ainda hoje, a CPI do Sistema Financeiro irá tomar o depoimento, a partir das 15h, de Luiz Antônio Gonçalves, presidente do Banco FonteCindam, instituição também autorizada pela direção do Banco Central a comprar dólares a preço abaixo da cotação na BM&F, um dia depois da operação com o Banco Marka.

O Marka foi fechado no início de fevereiro, pois a negociação com o BC eliminou seu patrimônio. Já o FonteCindam continua operando normalmente.



Os membros da CPI querem que Cacciola confirme se tinha ou não informante no Banco Central

## Para Jucá, não há indício de ilegalidade

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), integrante da CPI do Sistema Financeiro, afirmou ontem que, se não surgirem fatos novos até o final da próxima semana, a CPI deve dar por encerrada a apuração da venda de dólares a preços favorecidos aos bancos Marka e FonteCindam. Assim, na opinião de Jucá, não haveria necessidade de Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central, comparecer à comissão.

Para ele, a declaração de Sérgio Bragança encontrada pela Polícia Federal no apartamento de Francisco Lopes, na

qual ele afirma que Lopes é dono de US\$ 1,6 milhão depositado no exterior, "é um problema para a Polícia Federal e o Ministério Público". Jucá ponderou, em entrevista à imprensa, que todos os depoimentos tomados até agora mostram que o BC tinha poderes para vender os dólares aos dois bancos, mesmo abaixo da cotação, com a finalidade de preservar a economia do país.

– Não há qualquer indício de que a operação do Banco Central tenha sido ilegal. Além disso, os depoimentos tomados até agora mostram que o ministro

Pedro Malan esteve no Banco Central só no dia 15 de janeiro, quando as operações com o Marka e o FonteCindam já haviam sido decididas – observou Jucá.

Já o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), também membro da CPI, acha que a decisão do Banco Central de vender dólares abaixo da cotação da BM&F "vai gerar um longo debate jurídico", mesmo com a procuradoria do BC garantindo que a operação foi legal. "Por isso, a CPI deve concluir por mudanças na legislação, para deixar claros os limites do Banco Central."

## Malan poderá vir como convidado, prevê ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, deverá comparecer à CPI do Sistema Financeiro na condição de convidado. Ele disse que o ministro "está desejoso de vir" e entende que isso deveria ocorrer ao final dos trabalhos da comissão, não só para esclarecer eventuais dúvidas, mas também para apresentar sugestões de mudanças em relação à atuação do Banco Central.

Antonio Carlos considerou "excelente" o depoimento da última terça-feira do ex-diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Demóstenes Madureira de Pinho Neto, que, avalia, "vai ajudar os diretores do BC". O senador considera, entretanto, que o BC "precisa melhorar sua atuação, sobretudo na área de fiscalização". Na sua opinião, os trabalhos da CPI evidenciam que "faltou fiscalização".

Para o presidente do Senado, a falta de comunicação ao ministro da Fazenda sobre a operação de socorro montada às pressas pelo BC para ajudar os bancos Marka e FonteCindam teria sua origem nas dificuldades de relacionamento entre o ministro da Fazenda e o ex-presi-

dente do Banco Central, Francisco Lopes.

– Que não havia bom relacionamento entre Malan e Lopes, não havia. Que Lopes não havia sido indicado por Malan, também não foi. Isso precisa ficar evidenciado e não tendo sido (indicado), não podia dar certo – afirmou o senador.

O presidente do Senado considerou boa a fórmula a que chegaram os integrantes da CPI para evitar um confronto em torno da convocação do ministro da Fazenda. "Na realidade, não tínhamos interesse em derrotar o (senador Eduardo) Suplicy e a oposição, e eles seriam derrotados por 8 a 3 ou 9 a 2, quando se chegou a uma fórmula que permite ao relator, se houver motivo e consenso, fazer a convocação", explicou.

Diante disso e considerando o interesse do ministro em comparecer à comissão, Antonio Carlos considera que "seria mais elegante ele vir a convite", ao final dos trabalhos.

A respeito do uso de aviões da FAB em viagens de férias à ilha de Fernando de Noronha por autoridades do primeiro escalão do governo, o senador considerou exagerada a abordagem feita pela

mídia. Ele disse que, "dentro das dificuldades vividas pelo país, faltou uma norma para disciplinar essa questão". Com relação especificamente ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, Antonio Carlos afirmou que "talvez ele devesse se resguardar mais, levando em conta que a sociedade está sofrida e não aceita isso".

## Tebet rejeita contestação de juiz do TRT-PB sobre fato relatado à comissão

O juiz Ruy Eloy, presidente interino do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba, enviou ofício à CPI que investiga irregularidades no Poder Judiciário considerando inverídica a afirmação, publicada pelo *Jornal do Senado* e por outros órgãos de imprensa, de que sua filha, Lara de Almeida Eloy havia atuado como fiscal de concurso no TRT-PB, tendo apenas 17 anos. O presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), salientou que se houve equívoco, o responsável seria o próprio Ruy Eloy.

– Ele falou aqui que sua filha era menor de idade – disse Tebet.

No ofício, lido na reunião de ontem da CPI pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), Eloy argumenta que os

senadores teriam perguntado a idade de sua filha em 1994.

Conforme as notas taquigráficas da reunião, perguntado pelo relator, senador Paulo Souto (PFL-BA), se era verdade que uma de suas filhas havia fiscalizado o concurso sem ter completado 18 anos, o juiz disse que não se lembrava quando teria sido a primeira participação, mas acrescentou que Yara Eloy nasceu em 1977.

O vice-presidente da CPI, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), perguntou quantos anos tinha a filha do magistrado em 1995 e se o depoente tinha certeza de que ela havia fiscalizado concurso naquele ano. Ruy Eloy confirmou a participação de Yara no concurso e frisou que em 1995 ela tinha 17 anos.

## Piva ressalta importância de limitar gastos de pessoal

O senador Pedro Piva (PSDB-SP) considerou um importante passo em direção à efetiva reforma do Estado a aprovação, pelo Senado, na última terça-feira, do projeto que altera a Lei Camata, estabelecendo limites com gastos de pessoal para União, estados e municípios e criando sanções para o seu descumprimento.

Relator do projeto na CAE, Pedro Piva, disse que é preciso rever a ideia de que a União, estados e municípios existem para criar empregos, observando que os governos existem para

garantir condições dignas de vida à população.

– A função do Estado não é a geração do emprego direto no serviço público mas, sim, o atendimento às necessidades sociais. Se o estado gasta excessivamente com pessoal compromete os recursos necessários para atender a essas necessidades – disse Piva.

O senador alertou, também, para as consequências do elevado impacto



Pedro Piva

dos gastos com pessoal sobre o déficit do setor público, "o que tem reflexos perversos para toda a economia, inclusive para a geração de emprego".

Ressaltando os benefícios financeiros para os estados, Pedro Piva lembrou que a nova lei dará mais dois anos além do anteriormente previsto pela Lei Camata para que governadores e prefeitos se enquadrem ao limite de 60%.

# Situação do TRT da Paraíba é "escandalosa", diz delegado

Superintendente da PF afirma aos senadores que investigação demonstrou a prática de corrupção, desvio de verbas e nepotismo

O superintendente da Polícia Federal (PF) da Paraíba, Antônio Flávio Toscano Moura, disse ontem à CPI do Judiciário que as irregularidades ocorridas no Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba são "escandalosas" e "repugnantes". Ele reclamou aos senadores que, apesar de denúncias e investigações realizadas no TRT, não foi tomada qualquer providência efetiva contra juízes e integrantes do tribunal, acusados de praticar nepotismo, desvio de verbas públicas e corrupção.

Moura criticou a atual legislação infraconstitucional, que impede que juízes, desembargadores e ministros dos tribunais sejam investigados formalmente pela PE "Acho uma disparidade e um tratamento desigual da legislação, já que podemos até indiciar senadores e deputados federais", afirmou.

A PF, informou, tem acompanhado "estarecida" a situação do TRT da Paraíba desde 1993, quando recebeu uma carta anônima denunciando atos ilícitos praticados por juízes e membros do tribunal. Nessa época, o fato foi comunicado ao diretor-geral da Polícia Federal, Wilson Romão, por meio de um ofício no qual foi relatada a existência de corrupção,



Antônio Flávio Toscano Moura criticou a legislação em vigor por impedir o indiciamento de juízes, desembargadores e ministros de tribunais superiores

nepotismo e malversação de verbas públicas no tribunal, envolvendo o então presidente do TRT, Tarcísio de Miranda Montes, e os juízes Severino Marcondes Meira – que veio a presidir o tribunal em agosto de 1995 –, Aloísio Rodrigues e Paulo Montenegro Pires, além de vários parentes deles empregados na instituição.

Entre as irregularidades, estão a compra de passagens aéreas de uma empresa

de propriedade do filho de um juiz e a decisão de empossar o juiz Paulo Pires como presidente do tribunal, desrespeitando uma decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que impedira esse procedimento devido ao fato de ele já ter exercido por duas vezes o cargo. O objetivo era evitar que o juiz Vicente Vanderlei ocupasse a presidência do TRT, "pois ele não fazia parte do esquema", disse Moura.

## PF relata rateio de dinheiro entre juízes

Em seu depoimento ontem perante a CPI do Judiciário, o superintendente da Polícia Federal na Paraíba, Antônio Flávio Toscano Moura, disse que um total de R\$ 500 mil – relativos à diferença entre o valor superfaturado da venda de um terreno, de R\$ 710 mil, e o que efetivamente foi recebido pelo vendedor do imóvel, R\$ 210 mil – foi rateado entre dois juízes e dois filhos de juízes do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Paraíba.

O dinheiro foi rateado, afirmou Moura, entre os juízes Severino Marcondes Meira, que presidiu o TRT da Paraíba em 1995, e Paulo Montenegro Pires, além de Marcondes Meira Filho e Marcelo Capistrano Montes, filhos dos juí-

zes Marcondes Meira e Tarcísio Montes. A compra do terreno teria sido feita sem licitação pelo TRT da Paraíba.

Segundo revelou o superintendente da PF, os R\$ 710 mil entraram na conta bancária – em agência do Unibanco da Paraíba – de Antônio Almério Marra, que vendeu o terreno ao TRT. Mas, segundo relato feito pessoalmente por ele, Marra teria ficado apenas com R\$ 210 mil. Os R\$ 500 mil restantes teriam sido repassados aos juízes e aos filhos de juízes.

O gerente da agência, na época, era conhecido pelo nome de Assis e suicidou-se após o banco descobrir que ele praticava desvios de dinheiro e irregularidades na instituição, afirmou o su-

perintendente da PF a partir de uma pergunta feita pelo presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Em resposta ao vice-presidente da CPI, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), Moura detalhou as operações feitas no Unibanco, observando que, durante a gerência de Assis, a agência tinha "o pior conceito possível".

O relator da comissão, senador Paulo Souto (PFL-BA), quis saber como Moura obteve informações sobre a compra do terreno e demais irregularidades do TRT. Ele respondeu que as investigações foram "as mais variadas possíveis", até mesmo com utilização de mecanismos de cunho psicológico, mas sempre legais.

## "Autor da denúncia é uma figura heróica"

O superintendente da Polícia Federal (PF) na Paraíba, delegado Antônio Flávio Toscano Moura, considera o advogado Antônio de Pádua Pereira Leite, técnico judiciário do TRT no estado, uma "figura heróica" por ter formalizado as denúncias, antes feitas por carta anônima, sobre irregularidades naquele tribunal.

Em resposta ao senador Djalma Bessa (PFL-BA), Moura disse que já existem cerca de 40 denúncias-crime em tramitação no Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre atos cometidos por juízes do TRT paraibano. Ao senador Maguito Vilela (PMDB-GO), o delegado afirmou que as denúncias de Pereira Leite foram anali-

sadas e possibilitaram à PF dar prosseguimento às investigações. O funcionário foi o primeiro a depor sobre o caso na CPI, no dia 8 de abril passado.

Moura revelou ao senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que existem quatro processos contra Pádua na PF, abertos para apurar crime de difamação contra o presidente do TRT, juiz Ruy Eloy, e demais membros do tribunal. Um dos inquéritos foi finalizado, concluindo pelo indiciamento do técnico.

A pedido de Suassuna, o delegado emitiu sua opinião sobre Ruy Eloy, a quem considera um homem probo "até que se prove o contrário". As únicas denúncias

contra Eloy, segundo o depoente, foram feitas por Pereira Leite, por meio de seu jornal *O Condor*, pelas quais acabou sendo processado. Para o delegado, o presidente do TRT é "um homem de bem, que assumiu o tribunal em situações escandalosas".

– O TRT é dividido em grupos de juízes que travam luta subterrânea, o que traz problemas terríveis à administração do tribunal – disse Moura.

O superintendente informou que, devido ao acirramento dos ânimos, juízes ameaçaram invadir o plenário e realizar reunião à revelia do então presidente do tribunal, juiz Vicente Vanderlei.

## Comissão passa a cruzar informações e documentos

Depois de ouvir o depoimento do superintendente da Polícia Federal na Paraíba, Antônio Flávio Toscano Moura, o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura denúncias no Poder Judiciário, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), disse acreditar que as investigações sobre irregularidades no TRT da Paraíba estão "praticamente encerradas". A partir de agora, afirmou, a CPI deve realizar apenas cruzamento de informações e documentos para comprovar relações das denúncias com os envolvidos.

Esse trabalho já demonstrou, segundo o vice-presidente da comissão, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), que, dos R\$ 710 mil depositados na conta de Antônio Almério Marra na agência do Unibanco em João Pessoa, cerca de R\$ 610 mil foram sacados em dinheiro e o resto foi movimentado por meio de cheques. Conforme denúncia feita

ontem por Moura, Marra vendeu ao TRT da Paraíba, por R\$ 710 mil, um terreno avaliado em R\$ 150 mil.

As investigações sobre o superfaturamento da obra do fórum de primeira instância do TRT paulista também estão perto de serem concluídas. Em reunião administrativa que se seguiu ao depoimento de Toscano, os senadores decidiram convocar para depor as últimas testemunhas para falar sobre o caso: os engenheiros Antônio Carlos Gama e Silva e Gilberto Paixão.

Segundo as investigações, os técnicos foram contratados pelo TRT de São Paulo para fazer as medições sobre o andamento da obra do fórum. A partir de seus laudos, o departamento financeiro do tribunal solicitava ao Tribunal Superior do Trabalho a liberação de verbas orçamentárias. A data para os depoimentos dos engenheiros ainda não foi confirmada.

## Desembargador acusado deve depor na próxima semana

Em reunião administrativa realizada ontem, a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no Poder Judiciário resolveu convocar o desembargador Daniel Ferreira da Silva para depor, na próxima quinta-feira (dia 20), sobre a denúncia de comercialização de alvarás de soltura no Tribunal de Justiça do Amazonas. O magistrado foi acusado pelo advogado Abdalla Isaac Sahdo Júnior e pelo procurador da República Osório Barbosa Sobrinho de participar, junto com a advogada Maria José Menescal, de um esquema de liberação irregular de traficantes.

A CPI também decidiu aprofundar as investigações sobre o tráfico internacional de crianças com origem em Jundiá (SP). Sem datas marcadas, os senadores devem ouvir nos próximos dias a pediatra Marisa Viotti, apontada por Cristiane

Lopes, uma das mães da Praça do Fórum, como tendo resistido à determinação do juiz Luiz Beethoven Giffone Ferreira de afastar a criança recém-nascida da mãe. Segundo Cristiane, que depôs na terça-feira à CPI, a médica não trabalha mais no hospital onde aconteceram os fatos.

O delegado da Polícia Federal em Campinas, Admir Tozzo, e um repórter do *Journal de Jundiá*, Marco Antônio Sapia, completam a lista de futuros depoentes sobre o caso, de acordo com requerimento do senador Geraldo Althoff (PFL-SC). O relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), tem preparado requerimento pedindo a audiência de assistentes sociais, advogados e outros servidores do Tribunal de Justiça de Jundiá, porém a CPI preferiu esperar os depoimentos já aprovados para escolher novos nomes que serão convocados.



Senadores Carlos Wilson, Paulo Souto e Ramez Tebet ouvem o depoimento de Antônio Flávio Toscano Moura

## Outro policial fala hoje à CPI

A CPI do Judiciário reúne-se hoje, às 10h, para ouvir o delegado Nivaldo Farias, da Polícia Federal em Manaus. Ele coordenou as investigações realizadas em razão de denúncia do Ministério Público contra o juiz Daniel Ferreira da Silva, acusado de emitir alvarás de soltura em benefício de traficantes colombianos.

Segunda-feira, a CPI ouvirá o engenheiro Gama e Silva, responsável pela obra do prédio do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba.

# Coligações podem acabar nas eleições proporcionais

Projeto aprovado pela Comissão de Justiça em caráter terminativo mantém alianças entre partidos apenas para as eleições majoritárias, em que se escolhem os senadores e os ocupantes de cargos no Poder Executivo

Por 13 votos a três, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto de lei de autoria do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) que proíbe a coligação partidária nas eleições proporcionais. A matéria irá diretamente ao exame da Câmara dos Deputados, se não houver recurso de um



Sérgio Machado é autor do projeto que integra o conjunto da reforma política

décimo dos senadores para que ela seja apreciada pelo plenário do Senado.

O parecer favorável do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA) – que não pôde comparecer à reunião da CCJ – foi lido pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR). O projeto mantém a possibilidade de coligação para as eleições majoritárias, que englobam os candidatos a cargos do Poder Executivo e os senadores.

O relator mostrou-se favorável a emenda de redação oferecida pelo autor da matéria, segundo a qual os candidatos às eleições majoritárias para renovação de dois terços do Senado Federal serão registrados com o número da legenda do respectivo partido acrescido do numeral um ou dois, quando os dois candidatos da coligação pertencerem à mesma agremiação.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou voto em separado contrário ao parecer. Segundo ele, a limitação da atuação dos partidos políticos “implica, diretamente, limitar e res-

tringir os direitos fundamentais da cidadania”.

Valadares citou diversos dispositivos da Constituição federal que estabelecem limites à criação e à atividade partidária. E afirmou que “as restrições à liberdade de atuação dos partidos políticos são aquelas mencionadas no texto constitucional elaborado pelo constituinte originário”. Para ele, não cabe ao legislador ordinário “ampliar restrições e estabelecer novos óbices à liberdade de atuação dos partidos”, o que seria inconstitucional.

Os argumentos de Valadares foram usados também pelo senador Roberto Freire (PPS-PE), outro voto contrário ao projeto. Para ele, o que fortalece o partido não é a lei. O senador acrescentou que o projeto visa ao engessamento do *status quo*.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que também votou contrariamente, defendeu a discussão desse projeto com o que determina a forma de preenchimento das vagas nas eleições proporcionais. O senador Jefferson Péres (PDT-AM), que também integra o Bloco Oposição, votou a favor, ressaltando que endossava a posição de Dutra.

Para o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), o projeto visa acabar com a “desorganização absurda” no panorama eleitoral brasileiro. Já o senador Francelino Pereira (PFL-MG) lamentou que o projeto estivesse sendo votado sem o grande debate que deveria preceder a reforma política.

## CAS aprova utilização do FGTS para quitar prestações atrasadas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, por unanimidade e em caráter terminativo, projeto da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) que autoriza a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de parte das prestações vencidas e vincendas de financiamento concedido no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.

A autora do projeto assinala que o FGTS possui instrumentos que permitem aos trabalhadores integrantes do sistema utilizarem parcela de suas contas vinculadas para pagamento de prestações e liquidação do saldo devedor. “Encontra-se, entretanto, em aberto, na lei que rege o fundo, o pagamento de prestações já vencidas.

O projeto foi relatado favoravelmente pelo senador Paulo Hartung (PSDB-ES), para quem as atuais regras do FGTS não restringem o pagamento das prestações

ainda por vencer com recursos do FGTS. No entanto, disse, a leitura do dispositivo deixa margem a dúvidas e tem sido interpretado pelos órgãos executivos como restritiva, coibindo a utilização daqueles recursos para pagamento de prestações já vencidas.

– Convicta da fragilidade do dispositivo legal, a senadora Luzia Toledo trata de alterá-lo de modo a não deixar qualquer espaço a duplo entendimento – observou Hartung. O senador também assinalou que a aprovação da matéria contribuirá para oferecer aos mutuários uma alternativa viável de pagamento do financiamento habitacional “e, assim, contribuir para a redução do número de inadimplentes”.

Por ter sido aprovado em caráter terminativo, o projeto irá diretamente ao exame da Câmara dos Deputados, caso não seja apresentado recurso para sua apreciação pelo plenário do Senado.

## Seguro-desemprego deverá beneficiar pescador no “defeso”

A partir do ano 2000, durante o período de desova (“defeso”) os pescadores com contrato de trabalho em vigência (ou não) e os pescadores artesanais poderão receber um salário mínimo mensal pagos com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A medida é prevista em projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) aprovado ontem em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais, mediante substitutivo apresentado pela senadora Heloisa Helena (PT-AL).

Conforme a proposta, considera-se pescador artesanal o profissional que exerça a atividade pesqueira, individualmente ou em regime de economia familiar, com ou sem o auxílio eventual de terceiros. O benefício será pago durante o período de proibição da pesca fixado pelo Ibama em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre.

Para se habilitar ao benefício, o pescador artesanal deverá apresentar, entre outros documentos, certidão de registro de pescador profissional do Ibama, ou



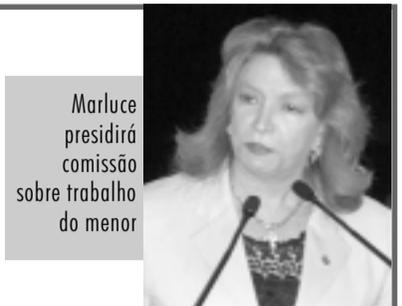
Luzia Toledo quer eliminar dívida que prejudica trabalhador



Alcântara é autor do projeto que estabelece critérios para o benefício

matrícula junto à Capitania dos Portos do Ministério da Marinha, a qual deverá ser emitida, no mínimo, com um ano de antecedência. Também deverá apresentar atestado ou declaração da colônia de pescadores a que esteja filiado e declaração de dois pescadores profissionais idôneos, comprovando o exercício da profissão e a dedicação à atividade, em caráter ininterrupto, durante o período transcorrido entre a paralisação anterior e aquela em curso.

O pescador precisará provar, ainda, que a sua renda não é superior a um salário mínimo mensal e comprovar sua contribuição ao INSS. O projeto prevê punição aos que fornecerem atestado falso ou dele tirarem proveito para obtenção do benefício. Além das sanções civis e penais o infrator estará sujeito a demissão do cargo, suspensão de atividade ou cassação do registro no Ibama. Para a relatora, o projeto de autoria de Lúcio Alcântara é oportuno, “pois a crise econômica atinge de forma mais contundente os trabalhadores”.



Marluce presidirá comissão sobre trabalho do menor

## Projeto disciplina as atividades de autônomos

Por decisão terminativa, a CAS aprovou substitutivo do senador Antero de Barros (PSDB-MT) a projeto da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.

Por sua vez, coube ao senador Sebastião Rocha (PDT-AP) relatar projeto da Câmara dispoendo sobre a criação e o funcionamento de cooperativas sociais, visando à integração “de pessoas em desvantagem no mercado econômico”. Entre esses, a proposta distingue os deficientes psíquicos e mentais, dependentes químicos, os egressos de prisões e os idosos com 60 anos ou mais.

### SUBCOMISSÃO

O presidente da CAS, senador Osmar Dias (PSDB-PR), comunicou a instalação da subcomissão permanente destinada a acompanhar o problema da exploração do trabalho e da prostituição infanto-juvenil em todo país. A senadora Marluce, que propôs a subcomissão, será a presidente e Heloisa Helena, a relatora.

## SUS terá um subsistema para atender índios

Presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), a CAS aprovou ontem parecer do senador Tião Viana (PT-AC) favorável a projeto da Câmara que institui um subsistema de atenção à saúde indígena, integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Conforme o parecer, caberá à União, com recursos próprios, financiar o subsistema de atenção à saúde das populações indígenas. A matéria segue para o plenário.

Segundo Tião Viana, politicamente o projeto preserva os direitos das minorias indígenas ao franquear-lhes a participação nos órgãos formuladores da política de saúde.

O relator também considerou relevante o fato de o projeto determinar que a realidade local e as especificidades culturais dos indígenas deverão servir de marco à implementação da política de atenção à saúde desses povos.

## CCJ não chega a acordo sobre critérios para demissões

Depois de duas horas de acirrada discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ontem, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) pediu a retirada de pauta de seu parecer contrário às emendas de plenário ao projeto que estabelece critérios para a demissão de servidores públicos. Tais critérios são o menor tempo de serviço público, maior remuneração e menor idade.



Francelino Pereira pediu a retirada de pauta de seu parecer

Francelino foi contra todas as emendas, duas apresentadas pela senadora Marina Silva (PT-AC), líder do Bloco Oposição, e outras pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Jefferson Péres (PDT-AM). A primeira emenda da senadora é um substitutivo, reformulando todo o projeto.

A emenda de Simon estabelece uma hierarquia para utilização dos “critérios impositivos”. Outra emenda de Marina e a emenda de Jefferson determinam que, entre esses critérios, seja incluído o fato do servidor ter ingressado no serviço público sem concurso.

blico sem concurso.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) foi o primeiro a qualificar o projeto – já aprovado pela CCJ – como “muito ruim”. A mesma qualificação foi repetida pelos senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Roberto Freire (PPS-PE).

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que a matéria em nada melhora a qualidade do serviço público. O senador Amir Lando (PMDB-RO) afirmou que os critérios previstos são nulos. O senador José Fogaça (PMDB-RS) afirmou que o projeto é inexequível, porque não foram definidas ainda quais são as carreiras de Estado, cujos servidores não serão passíveis de demissão.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu o projeto, de autoria do Poder Executivo. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) parabenizou Francelino por ter pedido a retirada de pauta de seu parecer, que será agora reelaborado.

## Convênio com universidades amplia ação do Senado

O Senado Federal firmou convênio com a Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) para a produção de um programa de TV (que divulgará a atuação das universidades) e o desenvolvimento de trabalho conjunto para a capacitação dos servidores das assembleias legislativas e câmaras de vereadores. O convênio foi assinado pelo diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, pelo diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando César Mesquita, pelo presidente da Andifes, professor Rodolfo Pinto da Luz, e pelo representante da associação em Brasília, Gustavo Balduino.

O programa de televisão, a ser ve-

culado pela TV Senado, deverá ter como objetivo aproximar as universidades da comunidade, transmitindo para o grande público as atividades científicas, comunitárias e culturais das instituições federais.

Além disso, a Andifes deverá colaborar com o Senado na implantação da Universidade Legislativa. "A idéia é realizar cursos à distância para os legislativos estaduais e municipais, aumentando a qualidade do trabalho dessas casas", segundo Agaciél da Silva Maia. Para Fernando César Mesquita, "esse é um trabalho de grande envergadura que será desenvolvido com base na experiência histórica do Senado e no seu imenso acervo de informações".



Convênio firmado entre Andifes e Senado prevê a criação da Universidade Legislativa para treinamento de servidores à distância

## Tião Viana alerta para as doenças do trabalho

Segundo senador, acidentes de trabalho diminuíram muito mas foram substituídos por número crescente de problemas ocupacionais

O senador Tião Viana (PT-AC) alertou ontem o Congresso para a gravidade da incidência de doenças ocupacionais no Brasil. "Apesar de registrar, nos dias de hoje, um número menor de acidentes de trabalho do que na década dos 70, o trabalhador brasileiro está enfrentando um número crescente de doenças relacionadas com o trabalho, em especial as decorrentes de esforço repetitivo, do estresse ocupacional e do trabalho feminino."

Segundo ele, Câmara e Senado têm ignorado o assunto, enquanto o Executivo limita-se a divulgar que a média anual de acidentes de trabalho caiu de um

milhão nos anos 70 para 430 mil. "No entanto, a Previdência Social mostra um aumento de 480% no registro de doenças no ambiente de trabalho, nos últimos dez anos. Em 1986, foram 6.014 casos enquanto em 96 somaram 34.889", enfatizou.

Tião Viana explicou que o Brasil continua um país contraditório do ponto de vista das relações de trabalho. "Ele paga tributo à industrialização sem auferir seus benefícios e convi-



Tião Viana defende trabalho educativo para conter doenças

ve com as contingências inerentes às nações em desenvolvimento. A solução, porém, para um número menor de doenças ocupacionais é a mesma utilizada pelo Ministério do Trabalho para diminuir o número de acidentes – a prevenção", garantiu.

Para o senador pelo Acre, é necessário um trabalho educativo de persuasão junto a todos os envolvidos (empresas, sindicatos, trabalhadores e governo).

## Fogaça apóia posição do Brasil sobre os Bálcãs

A posição do Brasil em relação à guerra da Iugoslávia está totalmente correta, na opinião do senador José Fogaça (PMDB-RS) que registrou ontem o debate ocorrido na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o assunto. O país, segundo o senador, tem uma posição de absoluto equilíbrio nesta questão, que é o respeito às minorias étnicas e a defesa da paz.

Ele explicou que surgiram interpretações equivocadas quando o embaixador Celso Amorim, como representante do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, votou contrariamente à moção da Rússia, que condenava o bombardeio à Iugoslávia. O documento russo "atinha-se a condenar o uso de armas, mas, convenientemente para seus interesses, calava sobre a escalada da violência em que se transformou a política de limpeza étnica empreendida pelos sérvios em Kosovo" disse o senador:

– Fechar os olhos para as ações militares e a violência contra civis albaneses no Kosovo é um erro que mesmo os partidos de esquerda no mundo não devem cometer. O governo brasileiro não deseja fechar os olhos para isso. Não apóia a guerra, não dá sustentação aos bombardeios, mas não se esconde atrás de uma atitude de silêncio e indiferença diante do desespero dos habitantes de Kosovo – defendeu José Fogaça.



Fogaça: Brasil não pode apoiar limpeza étnica

## Patrocínio defende uso de motocicletas como táxis

Convencido de que o mototáxi pode tornar-se excelente alternativa de transporte popular e barato, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) pediu ontem a aprovação de projeto de lei de sua autoria que altera o Código de Trânsito Brasileiro, a fim de disciplinar a utilização da motocicleta como veículo de transporte individual de passageiros. Ele disse que

os senadores levem em conta que essa é hoje a ocupação honesta de milhares de chefes de família.

Patrocínio lembrou que prolifera em todo o país o uso de motocicletas como veículo de transporte público individual de passageiros. Conforme o parlamentar, o fenômeno manifesta-se ou sob a forma de serviço regulamentado ou como atividade explorada clandestinamente:

– Diversos municípios providenciaram



Patrocínio: ocupação honesta de milhares de chefes de família

a regulamentação dos serviços dos mototaxistas, atendendo às reivindicações das camadas mais carentes. Assim procedeu a Câmara Municipal de Araguaína (TO), apesar das reclamações das empresas de transportes coletivos.

Com seu projeto, Patrocínio pretende "pavimentar o caminho para a incorporação definitiva dessa nova modalidade ao sistema de

transporte público de passageiros das cidades, sem ameaçar a segurança dos usuários". Em aparte, o senador Blairo Maggi (PFL-MT) apoiou a iniciativa, dizendo que em Rondonópolis (MT), sua cidade, o mototáxi foi regulamentado pela Câmara Municipal. O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) também apoiou, observando que esse é um meio de transporte que tem de ser fiscalizado com rigor, mas não coibido.

### Tião Viana e embaixador cubano falam sobre saúde



O projeto "Saúde da Família", implantado em 1.100 municípios brasileiros, inspirado no sistema médico cubano, que dura 40 anos e registra a menor taxa de mortalidade infantil em comparação com os Estados Unidos e o Canadá, é o tema do programa "Debate", da TV Senado, que irá ao ar hoje às 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30. Os en-

trevistados são o senador Tião Viana (PT-AC) e o embaixador de Cuba, Ramon Sanches. Metade dos médicos de Cuba se dedica ao "Saúde da Família" e 100% da população é atendida pelo programa, segundo o embaixador. O senador é um defensor do programa e lamenta que ele ainda não tenha sido implantado em todo o país.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

#### HOJE

6h55 – Senado em Pauta  
7h – Saúde Todo Dia – Ginástica restauradora  
7h30 – Especial Unip – Sinusite  
7h55 – Senado em Pauta  
8h – Saúde Todo Dia – Basquete  
8h30 – Jornal do Senado  
8h55 – Senado em Pauta  
9h – Cores do Brasil – Maranhão turismo  
9h30 – Entrevista – O senador Carlos Patrocínio

fala sobre a prevenção da AIDS  
9h55 – Senado em Pauta  
10h – CPI que investiga irregularidades nas instituições financeiras (vivo)  
14h30 – Sessão Plenária (vivo)  
Lago após – CPI que investiga irregularidades nas instituições financeiras (vivo)  
21h – Jornal do Senado  
21h15 – Agenda Econômica – O ministro da Agricultura Francisco Turra fala sobre a safra de grãos de 1999  
22h – CPI que investiga irregularidades nos tribunais (gravada)

## Heloísa Helena registra o Dia dos Enfermeiros

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) fez ontem uma homenagem aos profissionais de enfermagem. Aproveitando as comemorações do Dia do Enfermeiro (12 de maio), a senadora estendeu as saudações aos demais profissionais da área, auxiliares, técnicos e atendentes de enfermagem:

– Dirijo-me a todos que fazem a enfermagem no Brasil com competência e dedicação, sem identificar a classe social de quem recebe os serviços – disse.

A senadora ressaltou que os enfermeiros têm ocupado o noticiário da imprensa, em virtude do caso do auxiliar de enfermagem carioca, Edson Izidoro Guimarães, acusado de ter matado pacientes em troca de dinheiro de funerárias. Heloísa Helena defendeu a criação de mecanismos de controle da sociedade sobre o setor de saúde público e privado, para "evitar a repetição de casos estereotipados como este".



Heloísa Helena: controle para evitar casos estereotipados

# Prefeitos fazem visita ao Senado

Presença de grupo na sessão plenária de ontem foi saudada por vários senadores. Sugestão é que presidente da República receba comissão para ouvir reivindicações

A presença de prefeitos de todo o país na sessão plenária de ontem do Senado foi saudada pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), que disse ter encaminhado à executiva do seu partido e ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, uma sugestão para que receba uma comissão com um prefeito de cada estado. Assim, disse o senador, os prefeitos não retornarão aos seus estados sem ouvir a opinião do Poder Executivo em relação às mudanças que precisam ser implementadas no país.

O senador informou que a bancada federal do Tocantins teve um encontro com mais de 100 prefeitos do estado, que estão em Brasília para participar da 2ª Marcha dos Prefeitos, e lamentou a forma atual de distribuição de receitas, que considerou injusta para com os mu-



Eduardo Siqueira Campos saudou a visita dos prefeitos ao Senado

nicipios. Eduardo Siqueira Campos lembrou sua experiência como prefeito de Palmas, que, segundo ele, lhe deu uma visão da administração pública, e lamentou que hoje os poderes concorram entre si. Ele defendeu medidas que fortaleçam os municípios, como a reforma tributária.

Os senadores Ademir Andrade (PSB-PA), na presidência da sessão, e Casildo Maldaner (PMDB-SC), saudaram os prefeitos.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) desejou que o encontro dos dirigentes municipais com o presidente fosse produtivo. O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) disse que os municípios estão com "o pires na mão" e defendeu a reforma tributária. O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) afirmou que o governo precisa direcionar seus recursos para as regiões mais pobres.

## Luiz Otávio anuncia R\$ 1,7 milhão para obras na Transamazônica

Em reunião realizada na manhã de ontem com o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) recebeu a confirmação de que o governo federal vai liberar R\$ 1,7 milhão para obras na rodovia Transamazônica. Ele lembrou, em pronunciamento feito à tarde no plenário, que a estrada continua em condições precárias, e mais de um



Otávio quer decretação de emergência para acelerar solução

milhão de pessoas estão isoladas, sem condições até de receber atendimento médico de emergência.

Luiz Otávio registrou que a Rede Globo veiculou há algumas semanas no *Jornal Nacional*, reportagem detalhando as dificuldades que os municípios localizados às margens da Transamazônica estavam enfrentando. O senador explicou que o transporte de mercadorias estava impraticável, impedindo o escoamento da produção agrícola da região.

Na audiência com o ministro, Luiz Otávio esteve acompanhado do senador Jader Barbalho (PMDB-PA), de deputados federais e estaduais e de todos os prefeitos dos municípios que

estão sofrendo com o problema da Transamazônica, intratável em vários pontos. Ficou acertado que a recuperação da rodovia será feita através da instalação de frentes de trabalho, organizadas pelas prefeituras:

– Logicamente isto não resolve a situação como um todo, pois o ministro assegurou a liberação de apenas R\$ 1,7 milhão que inclusive já estavam alocados no Orçamento ainda de 1998. Mas pelo menos já é uma medida tomada de imediato para minimizar este grave problema – comentou Luiz Otávio.

Diante da revelação de Eliseu Padilha de que os recursos do Ministério dos Transportes estão todos comprometidos, os participantes da audiência sugeriram que fosse decretada situação de emergência para facilitar a alocação de verbas para a Transamazônica. De acordo com Luiz Otávio, o ministro aceitou a ideia e se comprometeu também a tentar agendar uma reunião com o presidente Fernando Henrique Cardoso para tratar do assunto.

## Senador quer levantamento geológico em Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) fez um apelo ontem ao ministro das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, para que coloque o estado do Tocantins como prioridade na questão do levantamento geológico básico e adote medidas para o desenvolvimento do setor. O senador ressaltou que no ano 2000 haverá no Rio de Janeiro o Congresso Internacional de Geologia e o estado não pode estar atra-

sado em relação à questão mineral até lá.

Segundo o senador, apesar do grande potencial mineral do Tocantins, o grau de conhecimento geológico do estado é extremamente baixo, sendo que a maior parte da região não está coberta por mapeamento geológico adequado. O senador informa que o último estudo concluído na região foi em 1978.

## Maguito protesta contra fechamento da Rádio K

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) protestou ontem contra o lacramento dos transmissores da Rádio K do Brasil, sediada em Goiânia, na manhã de terça-feira, pela Delegacia Regional do Ministério das Comunicações. Maguito classificou a ação da delegacia como "arbitrária", pois não houve prévio aviso ou determinação judicial, e como "pífia" a alegação, apresentada três horas depois, de que o fechamento da rádio deveu-se ao fato de que uma cerca de proteção dos transmissores estava danificada.

Para o senador, mesmo que seja verdade a alegação, a delegacia deveria ter, no mínimo, emitido uma advertência para que a rádio tomasse as providências para consertar a cerca. Maguito



Maguito cobrou explicações do ministro das Comunicações

disse que o fechamento gerou a suspeita de que o ato teve motivação política por parte do governo de Goiás em retaliação à linha editorial da emissora e com ajuda do ministro das Comunicações:

– Ontem mesmo entrei em contato com o ministro Pimenta da Veiga, solicitando explicações e providências a respeito desse grave acontecimento. Inclusive a respeito das suspeitas de motivação política levantada em variados setores da sociedade de Goiás. Infelizmente, e para minha surpresa, o senhor ministro fez voto de silêncio, apenas reforçando, com este inesperado gesto, as suspeitas que recaem sobre a sua participação no episódio – revelou Maguito.

## Antero oferece explicação

Depois de pedir ao senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que permanecesse em plenário para ouvir o esclarecimento que ia fazer, o senador Antero de Barros (PSDB-MT) informou ontem que o Ministério das Comunicações não praticou nenhum arbítrio em determinar o fechamento da Rádio K do Brasil, de Goiânia. Ele anunciou que a rádio será reaberta.

Antero de Barros disse ter recebido telefonema da assessoria do ministro Pimenta da Veiga informando que foram técnicos os problemas que justificaram o lacre da emissora. Segun-



Antero disse que a reabertura da rádio já foi determinada

do foi informado, eram dois os problemas: a cerca de proteção dos transmissores estava danificada e havia um defeito técnico nesses transmissores.

“O ministro Pimenta da Veiga já determinou a reabertura da emissora”, anunciou o parlamentar. Ele telefonou para o ministro logo depois de Maguito Vilela protestar

contra o fechamento da rádio. Ao esclarecer o assunto, Antero de Barros disse que o ministro não fez voto de silêncio sobre o problema, como dissera Maguito. “Ele ouviu e tomou as providências”, afirmou.

Valadares acha que federação é saída para pequenos partidos



## Valadares busca saída para pequenos partidos

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou projeto de lei criando a figura da “federação de partidos políticos” para reunir, em nível nacional, dois ou mais partidos que tenham afinidade de posições políticas. “A federação precisaria atender à exigência de obter 5% dos votos, mas possibilitaria aos partidos que a formassem preservar sua identidade e autonomia.”

Valadares admitiu que sua proposta pretende se contrapor à orientação que vem norteando a reforma política em discussão no Congresso, que para ele é a de restringir a possibilidade de existência dos pequenos partidos, através de exigências que eles não teriam condições de cumprir.

“A aprovação do fim das coligações proporcionais nesta quarta-feira (ontem), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, é apenas o começo. Pelo ‘andar da carruagem’ também será aprovada a ‘cláusula de barreira’, exigindo a obtenção de 5% dos votos para que um partido possa ocupar cadeiras no Legislativo. Essas exigências são inconstitucionais porque cerceiam a liberdade das pessoas de se reunir e se fundar em partidos políticos”, enfatizou.

Para Valadares, não pode haver reforma política séria sem o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais. “Para essa proposta, no entanto, não estou vendo empenho dos partidos. O que está sendo aprovado é uma reforma ‘para inglês ver’, porque o governo quer manter o *status quo* político, com os partidos grandes mandando nos planos federal e estadual e os pequenos sofrendo as agruras da oposição.”

Em relação à fidelidade partidária, Valadares fez questão de diferenciar “a fidelidade aos estatutos” da fidelidade na hora de votar. “O que o governo quer é impor sua vontade. O parlamentar deveria votar segundo o programa partidário e não de acordo com a orientação da cúpula do partido, alinhada ao governo”, defendeu.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ressaltou a importância da reforma política resultar no fortalecimento dos partidos. Antero de Barros (PSDB-MT) disse que o parlamentar deveria votar de acordo com as deliberações das convenções partidárias.